ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA
Secretaria Municipal de Administração
Praça Augusto Severo, 242, Centro – CEP: 59.190-000 | CNPJ: 08.365.017/0001-54
E-mail: administracao@canguaretama.rn.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRAS

O MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/RN, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006, Lei Municipal 798/2021 e Decreto Municipal nº. 022/2026, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.bnc.org.br.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN**
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	**17h DO DIA 12/08/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	**23:59h DO DIA 19/08/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	**10h59m DO DIA 24/08/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**11h DO DIA 24/08/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
LOCAL:	www.bnc.org.br
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, destinado a suprir as necessidades desta Administração Municipal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, termo de referência e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.bnc.org.br;***

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.**
4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:
4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas na Lei nº 14.133, de 2021;
4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
4.5. Obedecer à Lei Municipal 798/2021 e Decreto Municipal nº. 022/2026.
4.6. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:
4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
4.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
4.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
4.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
4.6.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
4.6.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4.6.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
5.8. Quando as cópias dos documentos necessários à HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO, caso algum documento apresentado deixe dúvida o pregoeiro poderá solicitar o envio do original via correios/transportadora ou ainda verificar sua autenticidade por meio digital diretamente com o órgão emissor ou validador do referido documento.
5.9. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTES CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
6.1.2. Marca de cada item ofertado;
6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;
6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS,** a contar da data de sua apresentação.
6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste edital.
7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,01 (um centavos).**
7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
7.10. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO,** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.
7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, **http://www.bnc.org.br**, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;
8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) horas,** sob pena de não aceitação da proposta.
8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (CINCO) dias** úteis contados da solicitação.
8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo **de 10 (DEZ) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA GARANTIA DA PROPOSTA.

9.1. Como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá comprovar, no momento da apresentação da proposta, o recolhimento de garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, conforme valor constante do orçamento estimado da Administração.

9.2. A garantia de proposta poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, na forma da legislação aplicável;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.3. Quando a garantia for prestada mediante depósito em dinheiro, o valor correspondente deverá ser depositado em conta bancária de titularidade do Município de Canguaretama/RN, conforme os dados bancários indicados neste Edital, devendo o licitante apresentar o respectivo comprovante de depósito identificado, em arquivo eletrônico legível, juntamente com a documentação exigida para a pré-habilitação.

9.3.1. Para fins de identificação do depósito, deverá constar, sempre que tecnicamente possível, a razão social ou nome empresarial e o CNPJ do licitante depositante, de modo a permitir a vinculação inequívoca da garantia ao participante do certame.

9.4. Quando a garantia for prestada mediante seguro-garantia ou fiança bancária, o respectivo instrumento deverá identificar o licitante, o Município de Canguaretama/RN, o número do processo licitatório e o objeto da contratação, bem como assegurar cobertura suficiente para o valor exigido neste Edital durante o período necessário à manutenção das obrigações assumidas pelo licitante.

9.5. A garantia de proposta deverá permanecer válida durante o período de validade da proposta, sem prejuízo da observância das condições estabelecidas no respectivo instrumento de garantia.

9.6. A Administração poderá exigir a prorrogação ou renovação da garantia de proposta enquanto permanecerem vigentes as obrigações decorrentes da apresentação da proposta, quando necessária à preservação da garantia até a conclusão do procedimento licitatório.

9.7. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado:

I – da assinatura do contrato; ou

II – da data em que for declarada fracassada a licitação,

observado o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. A garantia de proposta prestada em dinheiro será restituída mediante depósito ou transferência para a conta bancária indicada pelo respectivo licitante, observados os procedimentos administrativos adotados pelo Município.

9.9. A garantia de proposta poderá ser executada integralmente nas hipóteses previstas no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando houver recusa do licitante em assinar o contrato ou não apresentação dos documentos necessários à contratação, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

9.10. A perda ou execução da garantia de proposta não impede a Administração de aplicar ao licitante as demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital e, quando for o caso, na legislação aplicável.
9.11. A ausência de comprovação da garantia de proposta, a apresentação em valor inferior ao exigido, a prestação em modalidade diversa das admitidas neste Edital ou a apresentação de instrumento que não atenda às condições estabelecidas neste instrumento poderá ensejar a inabilitação do licitante, observado o regime jurídico aplicável à fase de pré-habilitação e as hipóteses de saneamento ou diligência admitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.
9.12. A garantia de proposta de que trata esta cláusula possui natureza distinta da garantia contratual eventualmente exigida pela Administração, não se confundindo com esta, sendo a garantia contratual disciplinada em cláusula própria deste Edital e da respectiva minuta contratual, quando cabível

10.DA HABILITAÇÃO.

10.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:
10.1.1. Possuir Cadastro do Portal de Compras Publica;
10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU
https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0;
10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
10.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
10.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
10.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
10.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
10.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
10.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS,** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social da empresa e do(s) sócios(s), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9.9.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, da empresa e do(s) sócio(s), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
9.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;
9.10.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
9.10.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
9.10.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
9.10.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
9.10.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
9.10.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{}$$

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
9.10.6. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
9.10.7. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de Relação de Compromissos Assumidos, conforme expressa o art. 69, combinado com o art. 67, IV da Lei Federal nº 14133/2021, bem como orientação do Manual de licitações e contratos do TCU e da IN 05/2017 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante, conforme a equação;
9.10.8. FÓRMULA DE CÁLCULO:

9.10.9. (Valor do Patrimônio Líquido x 12) > 1
9.10.10. Valor total dos contratos*

Observação:
Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).
Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

9.10.11. Para os casos onde a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, conforme a equação:

(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 = %
Valor da Receita Bruta

9.10.12. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativa para tal divergência na qual deverá ficar clara a razão desta diferença.
9.10.13. A Declaração contendo a relação dos contratos, a demonstração dos resultados deverá ser constituída minimamente do: nome do emitente, CNPJ, Vigência e Valor do Contrato e/ou Ata de registro de preços, e justificativas quando se fizerem necessárias. Esses elementos são itens obrigatórios no documento, e esse faz parte do rol das exigências legais para os serviços, sendo motivo de inabilitação imediata da licitante por descumprimento das qualificações econômico-financeiras.
9.10.14. Caso as licitantes não possuam contratos ou atas vigentes, deverão apresentar os índices e justificativas com o equivalente dos contratos zerados

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu ou assinado de forma eletrônica com certificado válido.

9.11.2. Comprovação da Autorização da Empresa (AFE – Autorização de Funcionamento e/ou AE – Autorização Especial) da empresa participante, emitida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em prazo inferior a 12 meses ou cópia da publicação no D.O.U. Quando exigida pela legislação sanitária aplicável ao produto ofertado.

9.11.3. Alvará de licença para localização e funcionamento (dentro do prazo de validade), comprovando permissão ou autorização para funcionamento (exercício das atividades) do estabelecimento, ou documento equivalente expedido pelo Município competente.

9.12.A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14.A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, e procedência, vinculam a Contratada.
11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS.

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.
13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, para esse processo.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo **de até 05 (CINCO**) dias uteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **até 05 (CINCO) dias uteis**, a contar da data de seu recebimento.

17. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
17.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (CINCO) dias**, a contar da data de seu recebimento.
17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
17.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/21;
17.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
17.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
17.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO.

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

22.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

22.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2023;

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. 21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

22.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de CANGUARETAMA-RN (Diário oficial dos Municípios), as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

22.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto n° 11.462/2023.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.bnc.org.br.**

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (**dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico **www.bnc.org.br.**
24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
24.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **www.bnc.org.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
24.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
24.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
25.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
25.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
25.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
25.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
25.12.1. A anulação do pregão induz à do contrato.
25.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
25.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
25.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala de Reuniões com a Equipe de Pregão, no Praça Augusto Severo, 242, Centro – CEP: 59.190-000 , nos dias úteis, no horário das 08:00 às 13:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
25.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

ANEXO II –MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII– MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**;**

ANEXO IX –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO X –MINUTA DO CONTRATO.

CANGUARETAMA/RN, 09 de agosto de 2026.

Radan Soares da Costa
Secretário Municipal de Administração.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:**

1.1 A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços, **visando AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, destinado a suprir as necessidades desta Administração Municipal, conforme Termo de Referência**, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente.

2. **ESPECIFICAÇÃO DO OBEJTO:**

2.1. Os produtos serão fornecidos em qualquer dia da semana conforme a necessidade, de forma parcelada, nas quantidades requisitadas pelos órgãos da Administração Municipal.

2.2. Deve ser informada, obrigatoriamente, na proposta, a MARCA (Bandeira) e especificações detalhadas dos produtos cotados.

2.3. Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações constantes da tabela abaixo e observadas os esclarecimentos constantes no edital.

2.4. Os itens que trouxerem em seu conteúdo referência a alguma marca, fica consignado que não é violação ao Princípio da Isonomia, mas sim mera simbologia, podendo o licitante apresentar proposta cotando um item de forma similar, superior ou equivalente.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	V. Unit	V. Total
LOTE 01 — EPIs E MATERIAIS DE BIOSSEGURANÇA / DESCARTÁVEIS DE PROTEÇÃO						
1	18	babador dental descartáveis cores variadas. embalagem com 100 unidade	500	PACOTES		
1	96	caixa em papelão para descarte de resíduos infectantes e perfuro cortantes com c especificação: caixa em papelão para descarte de resíduos infectantes e perfurocortantes. com capacidade para 7 l (sete litros), de acordo com as normas técnicas nbr 12809/1993 e nbr 9191/2008 da abnt.	1000	UNIDADE		
1	97	caixa em papelao para descarte de residuos infectantes e perfurocortantes especificação: capacidade para 20 litros	500	UNIDADE		
1	109	coletor universal 80ml stereo para exames	1000	UNIDADE		
1	143	fita para autoclave, com identificador de pacotes	800	UNIDADE		
1	150	gaze pré-cortada, não estéril, de 7,5x7,5 cm, com densidade de 13 fios, pct c/10und	5000	PACOTE		
1	156	indicador biológico para monitorar ciclos de autoclave, com leitura biológica pa especificação: indicador biológico para monitorar ciclos de autoclave, com leitura biológica para leitura positiva de crescimento de esporos, para monitorar ciclos de esterilização por vapor e ciclos flash, em	50	PACOTE		

		esterilizadores gravitacionais ou com pré-vácuos.				
1	163	lençol de borracha aromatizado,para isolamento em odontologia especificação: lençol de borracha aromatizado, para isolamento em odontologia em caixa com 26 unidades de 13x13 cm.	80	CAIXA		
1	171	luvas descartáveis para procedimentos tamanho g, caixa com 100 unidades	2000	CAIXA		
1	172	luvas descartáveis para procedimentos tamanho m, caixa com 100 unidades	3000	CAIXA		
1	173	luvas descartáveis para procedimentos tamanho p, caixa com 100 unidades	4000	CAIXA		
1	174	luvas descartáveis para procedimentos tamanho pp, caixa com 100 unidades	5000	CAIXA		
1	177	máscaras cirúrgicas descartáveis tripla proteção, com elástico para prender nas especificação: máscaras cirúrgicas descartáveis tripla proteção, com elástico para prender nas orelhas (caixas com 50 unidades)	2000	CAIXA		
1	178	máscaras cirúrgicas descartáveis com tiras tripla proteção (caixas com 50 unidades)	2000	CAIXA		
1	185	papel grau cirúrgico rolo medindo 05cm por 100m	100	ROLO		
1	186	papel grau cirúrgico rolo medindo 08cm por 100m	300	ROLO		
1	187	papel grau cirúrgico rolo medindo 10cmx100m	300	ROLO		
1	188	papel grau cirúrgico rolo medindo 15cmx100m	150	ROLO		
1	189	papel grau cirúrgico rolo medindo 20cmx100m	150	ROLO		
1	190	papel grau cirúrgico rolo medindo 25cm X 100m	400	ROLOS		
1	191	papel grau cirúrgico rolo medindo 30cmX 100m	500	ROLOS		
1	219	sacos de lixo, pacotes com 100 unidades de 100l resistente a ruptura e vazamento especificação: sacos de lixo, pacotes com 100 unidades de 100l resistente a ruptura e vazamento, impermeável, conforme nbr 9191/2000 da abnt e substitutivas, na cor branco leitosa, com inscrição de lixo hospitalar ou material infectante ou material com risco bioló	100	UNIDADE		

1	237	touca descartável branca com elástico (pacote com 100 unidades)	2000	PACOTES		
LOTE 02 — INSTRUMENTAL ROTATÓRIO - BROCAS, PONTAS E ACESSÓRIOS						
2	55	broca carboneto de tungstênio pm n° cx79g	100	UNIDADE		
2	56	broca cirúrgica fg 700 (28 mm) unidade	900	UNIDADE		
2	57	broca cirúrgica nº 701 haste longa (28 mm)	250	UNIDADE		
2	58	broca cirúrgica nº 702 haste longa (28 mm)	250	UNIDADE		
2	59	broca cirurgica nº 703 haste longa (28mm)	250	UNIDADE		
2	60	broca cirúrgica zekrya (28mm)	300	UNIDADE		
2	61	broca de peça de mão tipo pêra multilaminada de metal	20	UNIDADE		
2	62	broca diamantada 1046	500	UNIDADE		
2	63	broca diamantada nº 1012	500	UNIDADE		
2	64	broca diamantada nº 1013	500	UNIDADE		
2	65	broca diamantada nº 1014	500	UNIDADE		
2	66	broca diamantada nº 1015	500	UNIDADE		
2	67	broca diamantada nº 1016	200	UNIDADE		
2	68	broca diamantada nº 1016hl	200	UNIDADE		
2	69	broca diamantada nº 1024	500	UNIDADE		
2	70	broca diamantada nº 1190	500	UNIDADE		
2	71	broca diamantada nº 1190 ff	500	UNIDADE		
2	72	broca diamantada nº 1191	500	UNIDADE		
2	73	broca diamantada nº 1192	500	UNIDADE		
2	74	broca diamantada nº 1193	500	UNIDADE		
2	75	broca diamantada nº 1194	500	UNIDADE		
2	76	broca diamantada nº 2135 ff	500	UNIDADE		
2	77	broca diamantada nº 3080 com ponta arredondada unidade 300	300	UNIDADE		
2	78	broca diamantada nº 3081 com ponta arredondada unidade 300	100	UNIDADE		
2	79	broca diamantada nº 3082 com ponta arredondada	100	UNIDADE		
2	80	broca diamantada nº 3083 com ponta arredondada	100	UNIDADE		
2	81	broca diamantada nº 3084 com ponta arredondada	300	UNIDADE		
2	82	broca diamantada nº 3118 ff	500	UNIDADE		
2	83	broca diamantada nº 3168 ff	500	UNIDADE		
2	84	broca esférica média para uso em peça de mão, para acabamento em prótese	15	UNIDADE		
2	85	broca gates n°1	40	UNIDADE		
2	86	broca gates n°2	40	UNIDADE		
2	87	broca gates n°3	40	UNIDADE		

2	88	broca tipo fissura para acabamento em prótese, uso em peça de mão	15	UNIDADE		
2	89	broca tipo pedra acabamento de prótese, p/ peça de mão, de pêra	10000	UNIDADE		
2	90	brocas carbide 701	50	UNIDADE		
2	91	brocas carbide 703	50	UNIDADE		
2	92	brocas carbide esféricas n°05	50	UNIDADE		
2	93	brocas carbide esféricas n°08	50	UNIDADE		
2	94	brocas carboneto de tungstênio pm n° cx251	50	CAIXAS		
2	95	brocas(kit)aço tungstênio de laborátorio de prótese	50	UNIDADE		
2	124	discos de lixa para uso em mandril acoplado em sistema de baixa rotação	10	CAIXA		
2	175	mandril para peça de mao para uso com disco de aço	20	UNIDADE		
2	176	mandril para peça de mao para uso com lixa	20	UNIDADE		
2	197	pedra de arkansas para acabamento com ponta em forma de chama shofu unidade 600 204 pedra de arkansas para acabamento com ponta em forma esférica shofu	600	UNIDADE		
2	198	pedra de arkansas para acabamento com ponta em forma tronco cônica shofu	600	UNIDADE		
2	234	taça de borracha branca para profilaxia para adaptação em micromotor	1000	UNIDADE		
LOTE 03 — ANESTÉSICOS ODONTOLÓGICOS						
3	11	anestésico local alphacaíne 2% com vaso. embalagem com 50 tubetes.	1000	CAIXAS		
3	12	anestésico local articaíne 4% com vaso. embalagem com 50 tubetes.	500	CAIXAS		
3	13	anestésico local citanest 3% (prilocaína + felipressina) caixa com 50 tubetes plá especificação: anestésico local citanest 3%(prilocaína + felipressina) caixa com 50 tubetes plásticos de 1,8 ml cada.	50	CAIXAS		
3	14	anestésico local mepivacaina 2% com vaso. embalagem com 50 tubetes.	300	CAIXAS		
3	15	anestesico local mepivacaina 3% sem vaso emb com 50 und.	500	CAIXAS		
3	16	anestesico local novocol contendo cloridratos de lidocaina 0,02g+fenilefrina especificação: 0,0004 g.	2000	CAIXAS		
3	17	anestésico tópico - benzocaína 20%, potes de 12g, com sabores variados	500	POTES		
LOTE 04 — ANTISSÉPTICOS, SOLUÇÕES DEGERMANTES E DESINFETANTES						
4	4	água oxigenada a 10 volumes. frasco com 1 litro	200	LITRO		
4	7	álcool 70% (líquido) em embalagens de 1l.	1200	LITROS		

4	8	alcool comum 96º. litro	72	LITROS		
4	108	clorexidina a 0,12% para assepsia de cavidades- frasco com 1l	360	FRASCO		
4	123	detergente enzimatico . emb com 1 litro	1000	LITRO		
4	147	formol a 10%. embalagem com 1 litro	20	LITRO		
4	153	gluconato de clorexidina a 0,12% .frasco de 250 ml (periogard) frasco	400	FRASCO		
4	225	solução de hipoclorito de sódio a 0,5% (líquido de dakin) embalagem com 1 litro litro 24 233 solução de hipoclorito de sódio a 1% (solução de milton) embalagem de 1 litro	120	LITROS		
4	226	solução de hipoclorito de sodio a 2,5% (solução de labaraque) emb. 1 litro	24	LITROS		
4	227	solução de hipoclorito de sódio a 5% (soda clorada) embalagem com 1 litro litro	24	LITROS		
4	228	soro fisiológico em balagem de 500 ml	600	FRASCO		
4	238	tricresol formalina, embalagem com 10 ml	30	FRASCO		
4	239	vaselina sólida - embalagem contendo 90g	50	CAIXA		
4	242	xilol p.a ,solvente para guta-percha (frasco com 15 ml)	50	FRASCO		
4	245	solvente de guta percha eucaliptol, frasco 10 ml	60	FRASCO		
LOTE 05 — MATERIAIS RESTAURADORES, CIMENTOS E ADESIVOS						
5	2	acido fosforico 37% para ondicionamento do esmalte (seringa com 2,5 ml)	1500	UNIDADE		
5	3	adesivo dentinario monocomponente, com veículo à base de acetona, fotoativado	300	FRASCO		
5	104	cimento ionômero de vidro para restauração fotopolimerizável (kit)	200	CAIXA		
5	106	cimeto resinoso dual rely x u 200 - clicker com 11 gramas. cor a2	20	UNIDADE		
5	122	cunhas de madeira anatômicas individuais de cores sortidas (pacote com 100und)	100	PACOTE		
5	157	ionômero de vidro fotopolimerizável para restauração (kit)	200	CAIXA		
5	179	material restaurador intermediário à base de óxido de zinco e eugenol especificação: material restaurador intermediário à base de óxido de zinco e eugenol, reforçado (irm ou similar) pó frasco com 38 g	250	FRASCO		
5	180	material restaurador intermediário à base de óxido de zinco e eugenol, reforçado especificação: material restaurador intermediário à base de óxido de zinco e eugenol, reforçado (irm ou similar) liquido frasco com 15 ml	250	FRASCO		

5	181	mini pincéis plásticos, tipo microbrush, descartáveis, especialmente desenhados especificação: mini pincéis plásticos, tipo microbrush, descartáveis, especialmente desenhados para aplicação de adesivos. ponta dobrável, com variação dobrável de ângulo para atingir diferentes áreas, com ponta fina. pacotes com 100 unidades. registro no ms.	170	PACOTE		
5	192	pasta alveolar, para uso em avolites, com composta de: iodofórmio, paramonocloro especificação: pasta alveolar, para uso em avolites, com composta de: iodofórmio, paramonoclorofenol e excipientes. pote com 20g. validade de no mínimo 18 meses, contados a partir da data de entrega. registro no ms.	20	UNIDADE		
5	193	pasta de hidróxido de cálcio com paramonoclorofenol canforado para uso endodônti especificação: pasta de hidróxido de cálcio com paramonoclorofenol canforado para uso endodôntico, caixa contendo: 2 tubetes plásticos, cada um com 2,7g de pasta cada tubetes e 2 tubetes plásticos com 2,2g de glicerina c	100	CAIXA		
5	194	pasta de hidróxido de cálcio sem paramonoclorofenol caixa 20 canforado para uso endodônti especificação: pasta de hidróxido de cálcio sem paramonoclorofenol canforado para uso endodôntico, caixa contendo: 2 tubetes plásticos, cada um com 2,7g de pasta cada tubetes e 2 tubetes plásticos com 2,2g de glicerina	100	CAIXA		
5	200	pó para cimento usado em obturação endodôntica à base de óxido de zinco e euge especificação: pó para cimento usado em obturação endodôntica à base de óxido de zinco e eugenol, embalagem com 12 gramas do produto, a ser usado em sistema pó e líquido este material deverá serseguido do mesmo fabricante do pó a ser licitado com esse propósito (endofill ou similar)	60	UNIDADE		
5	207	resina composta nano híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim a1 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor a1, embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		

5	208	resina composta nano híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim a2 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor a2 embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		
5	209	resina composta nano híbrida para restauração de dentes anteriores fotopoli 3,5 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor a3,5 embalagens com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		
5	210	resina composta nano híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim b1 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor b1 embalagem com 4 g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		
5	211	resina composta nano híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim c1 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor c1 embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	150	BISNAGA		
5	212	resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim c2 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor c2 embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	150	BISNAGA		
5	213	resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim c3 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor c3 embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		

5	214	resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolim c4 especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor c4 embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		
5	215	resina composta nano híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolime y especificação: resina composta micro híbrida para restauração de dentes anteriores fotopolimerizável cor y embalagem com 4g e tempo de presa de 40 segundos, com validade mínima de 01 ano da data de entrega	200	BISNAGA		
5	220	selante de cicatriculas e fissuras fotopolimerizavel, branco opac contendo flu	80	CAIXAS		
5	240	verniz cavitário frasco com 15 ml. cavitine ou similar	60	FRASCO		
5	241	verniz cavitário, em embalagem de 15 ml . cavitine ou similarvalidade de no míni frasco 80 255 verniz de flúor com alta concentração de flúor, 22.600ppm (naf 5%) altamente tol especificação: verniz de flúor com alta concentração de flúor, 22.600ppm (naf 5% altamente tolerante a água que cobre até mesmo superfícies úmidas com um filme verniz de boa aderência, endurecendo com a saliva. tubo com 10 ml.(duraphat)	300	TUBOS		
5	248	Pino de fibra de Vidro - para restaurações	200	PACOTE		
LOTE 06 — MATERIAIS ENDODÔNTICOS						
6	103	cimento cirúrgico periodontal, isento de elgenol líquido, embalagem com uma bisnaga	15	CAIXA		
6	105	cimento obturador de canais radiculares, a base de hidróxido de cálcio, kit c/ 0 caixa 80 108 cimento resinoso dual para cimentação de coroa protética (3m ou superior)	20	CAIXA		
6	107	clareador para dente desvitalizado writness super-endo 37%	20	UNIDADE		
6	110	cone de guta percha principal de 1ª série de 15 a 40	200	CAIXA		
6	111	cone de guta percha principal de 2ª série de 45 a 80	250	CAIXA		
6	112	cone de guta percha protaper f1	250	CAIXA		
6	113	cone de guta percha protaper f1,f2 e f3	250	CAIXA		
6	114	cone de guta percha protaper f2	250	CAIXA		
6	115	cone de guta percha protaper f3	250	CAIXA		

6	116	cone de papel abseorvente de 1ª serie caixa com 200 pontas	250	CAIXA		
6	117	cone de papel abseorvente de 2ª serie caixa com 200 pontas	250	CAIXA		
6	118	cone secundario de guta percha fm	250	CAIXA		
6	119	cone secundario de guta percha xf	250	CAIXA		
6	126	edta trissódico líquido, frasco contendo 20 ml da solução	30	FRASCO		
6	129	espaçador endodôtico digital a-d 25 mm	30	UNIDADE		
6	131	esponja hemostática ou esponja de fibrina. caixa com 10 esponjas)	50	CAIXA		
6	146	formocresol (frasco com 15 ml)	100	FRASCO		
6	155	hidroxido de calcio - tipo pasta forramento de cavidades com pasta base 13 g. caixa 200 160 hidróxido de cálcio (pa) (frasco com 10 g)	200	FRASCO		
6	164	líquido para cimento usado em obturação endodôntica à base de óxido de zinco e e especificação: líquido para cimento usado em obturação endodôntica à base de óxido de zinco e eugenol, embalagem com 10 ml do produto, ser usado em sistema pó e líquido este material deverá ser seguido do mesmo fabricante do pó a ser licitado para este propósito (endofill ou similar)	20	UNIDADE		
6	183	mta angelus cinza para 14 aplicações	15	CAIXA		
6	230	stop cursor em silocone grau hospitalar autoclavável. possuir perfuração central especificação: stop cursor em pacote 10 silocone grau hospitalar autoclavável. possuir perfuração centra que direciona a entrada da lima e espessura de 1,5mm e 1,0mm que não interfira no posicionamento da lima no conduto.	200	UNIDADE		
6	250	Limas para endodontia TDK DENTAL ROOT CANAL	350	UNIDADE		
6	251	Lima Protaper Universal - Niquel TitÂnio	300	UNIDADE		
6	252	Gelspon	300	CAIXA		
6	253	Lima manual rotátoria 31mm	300	UNIDADE		
6	254	Ponta de irrigação ULTRA DENT NATVTIP	100	PACOTE		
LOTE 07 — MATERIAIS PARA MOLDAGEM, PRÓTESE E LABORATÓRIO						
7	9	alginato, tipo ii, de presa normal para moldagem dental, com baixa distorção	200	UNIDADE		
7	20	bocas de dentes 266 inferior 32l,cor 60	300	KIT		
7	21	bocas de dentes 266 inferior 32l,cor 66	300	KIT		
7	22	bocas de dentes 266 inferior 32l,cor 69	300	KIT		
7	23	bocas de dentes 266 inferior 34l,cor 60	300	KIT		

7	24	bocas de dentes 266 inferior 34l,cor 66	300	KIT		
7	25	bocas de dentes 266 inferior 34l,cor 69	300	KIT		
7	26	bocas de dentes 266 superior 32l,cor 60	300	KIT		
7	27	bocas de dentes 266 superior 32l,cor 66	300	KIT		
7	28	bocas de dentes 266 superior 32l,cor 69	300	KIT		
7	29	bocas de dentes 266 superior 34l,cor 60	300	KIT		
7	30	bocas de dentes 266 superior 34l,cor 66	300	KIT		
7	31	bocas de dentes 266 superior 34l,cor 69	300	KIT		
7	32	bocas de dentes a25 inferior 32 l,cor 60	300	KIT		
7	33	bocas de dentes a25 inferior 32 l,cor 66	300	KIT		
7	34	bocas de dentes a25 inferior 32 l,cor 69	300	KIT		
7	35	bocas de dentes a25 inferior 34 l,cor 60	300	KIT		
7	36	bocas de dentes a25 inferior 34 l,cor 66	300	KIT		
7	37	bocas de dentes a25 inferior 34l,cor 69	300	KIT		
7	38	bocas de dentes a25 superior 32 l,cor 60	300	KIT		
7	39	bocas de dentes a25 superior 32 l,cor 66	300	KIT		
7	40	bocas de dentes a25 superior 34 l,cor 60	300	KIT		
7	41	bocas de dentes a25 superior 34 l,cor 66	300	KIT		
7	42	bocas de dentes a25 superior 34l,cor 69	300	KIT		
7	43	bocas de dentes a26 inferior 32l,cor 60	300	KIT		
7	44	bocas de dentes a26 inferior 32l,cor 66	300	KIT		
7	45	bocas de dentes a26 inferior 32l,cor 69	300	KIT		
7	46	bocas de dentes a26 inferior 34l,cor 60	300	KIT		
7	47	bocas de dentes a26 inferior 34l,cor 66	300	KIT		
7	48	bocas de dentes a26 inferior 34l,cor 69	300	KIT		
7	49	bocas de dentes a26 superior 32l,cor 60	300	KIT		
7	50	bocas de dentes a26 superior 32l,cor 66	300	KIT		
7	51	bocas de dentes a26 superior 32l,cor 69	300	KIT		
7	52	bocas de dentes a26 superior 34l,cor 60	300	KIT		
7	53	bocas de dentes a26 superior 34l,cor 66	300	KIT		
7	54	bocas de dentes a26 superior 34l,cor 69	300	KIT		
7	98	carbono oclusal do tipo biarticulado em duas cores: vermelho e azul bloco 150	150	UNIDADE		
7	100	catalisador usado para endurecimento de silicone especial para uso em laboratóri	25	UNIDADE		
7	101	cera nº 07, caixa com 12 unidades, na cor vermelha, para uso em laboratorio de protese dentaria	50	CAIXA		
7	102	cera tipo utilidade em laminas para uso em protese dental. caixa c/laminas	15	CAIXA		
7	151	gesso pedra para uso em laboratório de prótese dentária 25 kg.	30	KILOS		

7	152	gesso especial para uso em prótese dental, em potes de 01 kg	30	KILOS		
7	154	godiva em bastão, caixa com aproximadamente 15 bastões	30	UNIDADE		
7	158	isolante líquido para trabalhos em resina acrílica para uso em laboratório especificação: isolante líquido para trabalhos em resina acrílica para uso em laboratório deprótese dentária. embalagem com 01 litro	90	UNIDADE		
7	159	jeltrate plus presa rápida. embalagem com 410 gr	60	PACOTE		
7	165	líquido para resina acrílica termopolimerizável especificação: líquido para resina acrílica termopolimerizável - de lenta polimerização para uso em laboratório de prótese dentária. embalagem com 0,5 litro	30	UNIDADE		
7	182	monômero líquido para resina acrílica autopolimerizável para uso em laboratório especificação: monômero líquido para resina acrílica autopolimerizável para uso em laboratório de prótese dentária. embalagem com 01litro	5	UNIDADE		
7	196	pasta zinco enólica, tipo lysanda, destinada a moldagem de bocas totalmente desde especificação: pasta zinco enólica, tipo lysanda, destinada a moldagem de bocas totalmente desdentadas	10	UNIDADES		
7	201	resina acrílica autopolimerizável cor rosa médio para uso em laboratório de prótese especificação: resina acrílica autopolimerizável cor rosa médio para uso em laboratório de prótese dentária. embalagem com 01kg	6	UNIDADE		
7	202	resina acrílica autopolimerizável incolor para uso em laboratório de prótese denntaria. especificação: resina acrílica autopolimerizável incolor para uso em laboratório de prótese dentária.embalagem com 01kg	6	UNIDADE		
7	203	resina acrílica autopolimerizável incolor para uso em laboratório de prótese denntaria. especificação: resina acrílica autopolimerizável incolor para uso em laboratório de prótese dentária.embalagem com 01kg	6	UNIDADE		
7	204	resina acrílica autopolimerizável pó na cor 66, frasco com 25 g aproximadamente	4	UNIDADE		
7	205	resina acrílica termopolimerizável incolor para uso em laboratório de prótese dentaria. especificação: resina acrílica termopolimerizável incolor para uso em	6	KILOS		

		laboratório de prótese dentária embalagem com 01 kg				
7	206	resina acrílica termopolimerizável na cor rosa médio, com veias, para uso em laboratorio. especificação: resina acrílica termopolimerizável na cor rosa médio, com veias, para uso em laboratório de prótese dentária. embalagem com 01 kg quilo 50	5	KILOS		
7	216	resina de alta duralay (líquido)	20	UNIDADES		
7	217	resina de alta duralay (pó)	20	UNIDADE		
7	224	silicone especial para uso em laboratórios de próteses specificação:silicone especial para uso em laboratórios de próteses, possuindo resistência ao calor extremidade flexível alta estabilidade dimensional e fluidez inicial indeformável resistente à ruptura. embalagem em potes com 900g.	10	POTES		
LOTE 08 — FILMES E MATERIAIS RADIOGRÁFICOS						
8	132	filme radiográfico oclusal ultra speed, caixa com 25 películas	20	CAIXA		
8	133	filme radiografico periapical, adulto, ultra speed, caixa com 150 peliculas	50	CAIXA		
8	134	filme radiografico periapical, infantil, ultra speed, caixa com 100 peliculas	50	CAIXA		
8	244	solução reveladora de filme radiográfico, em embalagem de aproximadamente 500 ml	300	FRASCO		
8	246	solução fixadora de filme radiográfico, em embalagem de aproximadamente 500 ml	300	FRASCO		
LOTE 09 — MATERIAIS CIRÚRGICOS, DE SUTURA E CURATIVOS						
9	5	agulha gengival 27g descartavel e esteril caixa com 100 unds	200	CAIXAS		
9	6	agulha gengival 30g curta descartável e estéril em caixa com 100 unidade	600	CAIXAS		
9	10	algodão hidrófilo (pacote com 500g em rolo)	500	PACOTE		
9	125	dreno de penrose nº 1 estéril embalado individualmente	200	UNIDADE		
9	127	escova de robinson	3000	UNIDADE		
9	128	escova dental infantil	10000	UNIDADE		
9	130	espelho bucal sem cabo, número 05, plano, com suporte confeccionado em aço inoxi especificação: espelho bucal sem cabo, número 05, plano, com suporte confeccionado em aço inoxidável, isento de rebarbas e sinais de oxidação, adaptável em cabos de modelo universal, com boa visibilidade em primeiro plano, imagem frontal de precisão e sem manchas.	500	UNIDADE		

9	135	fio de sutura com agulha vycril 4-0 montado com 45 cm de comprimento e agulha c especificação: fio de sutura com agulha vycril 4-0 montado com 45 cm de comprimento e agulha cortante de secção triangular e 19 mm . (caixa com 24 unidades)	40	CAIXA		
9	136	fio de sutura de seda nº 3-0 (três/zero), montado com 45 cm de comprimento	350	CAIXA		
9	137	fio de sutura de seda nº 4-0, montado com 45cm de comprimento e agulha	300	CAIXA		
9	138	fio dental (100 m)	100	UNDADE		
9	139	fio sutura nylon agulhadso 24 und 3-0	200	CAIXA		
9	140	fio sutura nylon agulhadso 24 und 4-0	200	CAIXA		
9	148	gaze em rolo tipo queijo 91x91 13 fios	1000	ROLO		
9	149	gaze em rolo tipo queijo 91x91 9 fios	1000	ROLO		
9	160	lamina de bisturi n. 12 c/100 c	100	CAIXA		
9	161	lamina de bisturi n. 15 c/100	100	CAIXA		
9	162	lamina de bisturi nº 15 c (c/100	100	CAIXA		
9	166	lixa para amálgama (pacote com 12 unidades aproximadamente)	200	CAXA		
9	167	luva cirúrgica estéril tamanho 6,5 em látex natural	2000	PAR		
9	168	luva cirúrgica estéril tamanho 7,0 , em látex natural	2000	PAR		
9	169	luva cirúrgica estéril tamanho 7,5 , em látex natural	2000	PAR		
9	170	luva cirúrgica estéril tamanho 8,0; em látex natural	2000	PAR		
9	218	roletes de algodao para isolamento dental com 100 unds em cada embalagem pct 1200	1200	PACOTE		
9	221	seringa descartável de 10 ml com agulha	5000	UNIDADE		
9	222	seringa descartável de 20 ml com agulha	3000	UNIDADE		
9	223	seringa descartável para insulina com agulha	5000	UNIDADE		
9	231	sugador cirúrgico descartável esterilizado. embalagem com 20 und	400	CAIXA		
9	232	sugador descartável, pacote com 40 unidades	2000	PACOTE		
9	233	sugador plástico descartável cores sortidas e aromatizado. embalagem com 40 suga especificação: sugador plástico descartável cores sortidas e aromatizado. embalagem com 40 sugadores	1000	PACOTE		
9	235	tira de poliéster, pacote com 50 tiras	500	PACOTE		
9	236	tiras de lixa com granulação média / fina e centro neutro, contendo dorso de pol especificação: tiras de lixa com granulação média / fina e centro neutro, contendo dorso de poliéster coberto com abrasivo de óxido	500	TIRAS		

		de alumínio disperso em resina, com finalidade de dar polimento e acabamento em restaurações de resina composta e ionômero de vidro.				
9	247	solução hemostática tópica	600	FRASCO		
9	249	Algodão Rolete	5000	PACOTE		
LOTE 10 — MATERIAIS DE HIGIENE, PROFILAXIA E FLÚOR						
10	19	bicarbonato de sódio (pó) para uso de profilaxia dental, pacotes com 100g	15	CAIXAS		
10	99	cariostático. frasco com 15 ml	30	FRASCO		
10	120	corante revelador de placa dental bacteriana contendo fucsina básica a 0,5% -	100	FRASCO		
10	121	corante revelador para placa dental bacteriana ? composição: fucsina básica ?	500	UNIDADE		
10	144	fluoreto de sódio gel acidulado frascos com 200 ml	300	FRASCO		
10	145	fluoreto de sódio gel neutro, embalagem com 200 ml	200	FRASCO		
10	195	pasta profilática tubo com 90 g, sabores variados	250	TUBOS		
10	199	pedra pomes extra fina pote com 100 gr	100	FRASCO		
LOTE 11 — INSTRUMENTOS, ACESSÓRIOS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO						
11	1	Abaixador de língua de madeira especificação: lisa, isenta de rebarbas, com superfície devidamente acabada, pacote com 100 unidadees	500	PACOTES		
11	141	fita matriz metálica 0,5mm	600	UNIDADE		
11	142	fita matriz metalica 0,7mm	600	unidade		
11	184	óleo para lubrificação de alta rotação tipo spray com 250 ml aproximadamente frasco 500 190 óleo para lubrificação de baixa rotação tipo spray com 250 ml aproximadamente especificação: óleo para lubrificação de baixa rotação tipo spray com 250 ml aproximadamente	250	UNIDADE		
11	229	spray de gás refrigerante para testes de vitalidade pulpar	50	UNIDADE		
11	243	solução otológica contendo: hidrocortizona 10mg/ml, sulfato de neomicina 5mg/ml	100	FRASCO		

3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo nº 09080001-26.
4. O objeto a ser contratado é de natureza especial, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021.
5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data de sua assinatura e encerramento em até doze meses, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de CANGUARETAMA a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a obtenção do bem por outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro direto de preferência em igualdade de condições.
7. As quantidades apresentadas são estimadas, não se obrigando a Prefeitura Municipal a adquirir a totalidade apresentada.
8. No ato da entrega não poderá ter transcorrido 20% (vinte por cento), do prazo de validade dos produtos.

9. JUSTIFICATIVA:

9.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de saúde e dos serviços de saúde bucal mantidos pelo Município.

A aquisição dos materiais odontológicos mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos de saúde bucal, considerando que tais insumos são utilizados rotineiramente nos atendimentos realizados pelos profissionais da área odontológica, sendo indispensáveis à execução dos procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos e demais ações desenvolvidas no âmbito da Atenção Básica e dos programas municipais de saúde.

A ausência ou insuficiência desses materiais poderá ocasionar desabastecimento das unidades de saúde, interrupção ou redução dos atendimentos odontológicos, prejuízo à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS e comprometimento da continuidade dos serviços públicos, razão pela qual se faz necessária a adoção de procedimento capaz de garantir o fornecimento regular dos itens durante o período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

Além das necessidades já identificadas pela Administração, é necessário considerar que o consumo dos materiais odontológicos está diretamente relacionado à quantidade de atendimentos realizados, aos procedimentos efetivamente executados, às campanhas e ações de saúde desenvolvidas, à demanda espontânea da população e às necessidades específicas verificadas nas unidades de saúde, fatores que podem sofrer variações ao longo do exercício.

Dessa forma, embora seja possível realizar uma estimativa com base no histórico de consumo, na demanda projetada e nas necessidades atualmente identificadas, não é possível determinar com absoluta precisão o quantitativo que será efetivamente consumido de cada material ao longo do período, circunstância que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP mostra-se, portanto, adequada ao presente objeto, uma vez que permite à Administração registrar previamente preços e fornecedores para futuras contratações, realizando as aquisições de maneira parcelada e conforme a efetiva necessidade, evitando a formação de estoques excessivos, o comprometimento desnecessário de recursos públicos e a aquisição antecipada de materiais em quantidade superior ao consumo real.

Tal sistemática encontra respaldo no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o planejamento das compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. O mesmo dispositivo determina que as unidades e quantidades sejam estabelecidas em função do consumo e utilização prováveis, mediante estimativas adequadas.

A utilização do SRP também encontra respaldo na orientação consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU, segundo a qual o sistema é adequado para situações em que a demanda é incerta, seja quanto à própria ocorrência da necessidade, seja quanto à quantidade de bens que efetivamente será demandada pela

Administração. Nesse sentido, destaca-se o Acórdão nº 2.197/2015 – TCU – Plenário, que reconhece a adequação do Sistema de Registro de Preços em situações nas quais a demanda apresenta incerteza quanto à ocorrência ou à quantidade dos bens a serem adquiridos.

No mesmo sentido, a orientação técnica atualmente disponibilizada pelo TCU destaca que o SRP é especialmente pertinente quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A escolha do SRP, no presente caso, não decorre, portanto, de mera conveniência administrativa ou de prática reiterada, mas de características concretas do objeto, notadamente a necessidade recorrente de materiais odontológicos e a impossibilidade de prever, com exatidão absoluta, o consumo de cada item durante o período de vigência da Ata.

Ressalte-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não significa ausência de planejamento. Ao contrário, os quantitativos estimados deverão ser fundamentados nas necessidades das unidades, no histórico de consumo, nas demandas projetadas e nas demais informações disponíveis, de modo a produzir uma estimativa realista e compatível com a necessidade municipal.

Nesse aspecto, o TCU destaca que a estimativa dos quantitativos é elemento essencial do planejamento da contratação, devendo existir relação entre a demanda prevista e os quantitativos estimados, acompanhada das respectivas memórias de cálculo e documentos de suporte. O Tribunal também ressalta que a definição adequada das quantidades pode produzir efeitos sobre os preços unitários e permitir o aproveitamento da economia de escala.

9.2. DA VANTAJOSIDADE E DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

A adoção do procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços também se revela conveniente sob o aspecto da eficiência, economicidade e racionalização das contratações públicas, na medida em que possibilita ao Município realizar um único procedimento competitivo para formação dos preços de diversos materiais odontológicos, evitando a necessidade de instauração de sucessivos processos licitatórios para atender às demandas que surgirem durante a vigência da Ata.

O modelo permite, ainda, que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada e conforme a necessidade efetiva, proporcionando maior racionalidade na gestão dos estoques, redução dos riscos de desabastecimento e, simultaneamente, redução do risco de aquisição excessiva de materiais que possam permanecer armazenados sem utilização.

A sistemática também favorece a obtenção de condições comerciais mais vantajosas, especialmente em razão da possibilidade de concentração das necessidades estimadas em um único procedimento competitivo e da disputa pelos menores preços unitários, sem que isso implique obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados.

Importante destacar que a Administração não está obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, devendo as contratações decorrentes da Ata observar a efetiva necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as demais condições estabelecidas nos instrumentos da contratação.

O próprio TCU ressalta, entretanto, que a utilização do SRP deve estar devidamente motivada e não pode ser adotada de forma automática ou por mero costume administrativo. No presente caso, a justificativa decorre diretamente das características do objeto e da natureza variável da demanda por materiais odontológicos.

9.3. DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL

A contratação assume especial relevância por estar diretamente relacionada à manutenção dos serviços públicos de saúde, sendo os materiais odontológicos insumos essenciais para a execução dos atendimentos disponibilizados à população.

A Administração deve, portanto, adotar mecanismos de planejamento e contratação que reduzam os riscos de descontinuidade dos serviços, assegurando que as unidades de saúde disponham dos materiais necessários para a realização dos procedimentos odontológicos programados e da demanda que eventualmente se apresente durante a vigência da contratação.

Nesse contexto, a formação de Ata de Registro de Preços possibilita maior agilidade na aquisição dos materiais, uma vez que, após concluído o procedimento licitatório e formalizado o registro dos preços, as futuras contratações poderão ser realizadas de acordo com a necessidade efetivamente verificada, observados os quantitativos máximos e as condições estabelecidas no edital e na Ata.

9.4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológicos, mediante Sistema de Registro de Preços, mostra-se necessária, adequada e compatível com o interesse público, tendo em vista:

a) a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde bucal;

b) o caráter essencial dos materiais odontológicos para a execução dos atendimentos realizados nas unidades municipais de saúde;

c) a existência de demanda atual e a possibilidade de surgimento de novas necessidades durante a vigência da Ata;

d) a impossibilidade de prever com absoluta precisão o consumo individual de cada material, em razão da variação da demanda, do número de atendimentos e dos procedimentos realizados;

e) a possibilidade de realização de aquisições parceladas, de acordo com a necessidade efetivamente verificada;

f) a redução do risco de desabastecimento das unidades de saúde;

g) a possibilidade de melhor gerenciamento dos estoques e dos recursos públicos;

h) a racionalização dos procedimentos administrativos, evitando a realização de sucessivos processos licitatórios para aquisição dos mesmos materiais; e

i) a possibilidade de obtenção de preços mais competitivos mediante procedimento licitatório destinado à formação de Ata de Registro de Preços.

Assim, considerando as características específicas do objeto, a demanda recorrente dos serviços de saúde bucal e a impossibilidade de estabelecer com absoluta precisão o consumo futuro dos materiais odontológicos, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a orientação consolidada dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas da União.

Por fim, a Administração deverá manter, durante a execução da Ata, o adequado planejamento das aquisições, realizando as contratações decorrentes do registro somente quando houver necessidade efetiva, observados os quantitativos máximos registrados, a disponibilidade orçamentária, os preços registrados e a demonstração da vantajosidade nas condições exigidas pela legislação aplicável.

10. PERÍODO DE CONTRATAÇÃO:

10.1. A Ata de Registro de Preços a ser firmada terá a validade de **12 (doze) meses**, conforme prevê o art. 84 da Lei 14.133/21, subsidiada pelo Decreto Municipal nº 008/2023.

11. ADJUDICAÇÃO:

11.1. A adjudicação será feita por preço POR ITEM.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. No fornecimento dos produtos objeto do presente contrato envidará o CONTRATADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

12.2. Entregar os produtos, objeto deste instrumento, em prazo não superior ao estipulado na Ordem de Compras. Caso tal execução não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;

12.3. Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;

12.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.5. O Município de CANGUARETAMA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;

12.6. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos produtos que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

12.7. Fica o CONTRATADO obrigado a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública;

12.8. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.9. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

13.2. Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso.

13.3. Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.

13.4. Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura no setor competente.

13.5. Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

13.6. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção.

13.7. Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido.

13.8. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.

12.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento do fornecimento.

14. **LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS:**

14.1. Os produtos deverão ser entregues no local indicado na respectiva Ordem de Compra ou instrumento equivalente, emitida pela Administração Municipal, observadas as condições, especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos da contratação.

14.2. A entrega deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra pela empresa contratada, considerando a natureza essencial dos materiais odontológicos e a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de saúde bucal prestados pelo Município.

14.3. Será admitida tolerância de até 24 (vinte e quatro) horas além do prazo inicialmente estabelecido para a

entrega, desde que não resulte em prejuízo ao regular funcionamento dos serviços públicos e às necessidades da Administração.

14.4. Excepcionalmente, a contratada poderá solicitar dilação do prazo de entrega, mediante requerimento formal e devidamente fundamentado, apresentado à Administração antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido. O pedido deverá indicar as circunstâncias que impossibilitam ou dificultam o cumprimento do prazo, podendo ser acompanhado de documentos comprobatórios.

14.5. Poderão ser consideradas, entre outras situações devidamente comprovadas, ocorrências relacionadas à escassez ou indisponibilidade temporária do produto no mercado, dificuldades de fornecimento por parte do fabricante ou distribuidor, problemas logísticos ou outras circunstâncias supervenientes que não decorram de mera desídia da contratada.

14.6. O pedido de dilação de prazo não gera direito automático à prorrogação, ficando sua concessão condicionada à análise e manifestação expressa da Administração, que avaliará a justificativa apresentada, a urgência da demanda, a disponibilidade dos materiais no mercado, o eventual impacto sobre os serviços públicos e os demais elementos pertinentes ao caso concreto.

14.7. A Administração poderá deferir integralmente, deferir parcialmente ou indeferir o pedido de dilação, devendo sua decisão ser devidamente fundamentada e registrada nos autos do processo.

14.8. A eventual autorização de dilação de prazo não afastará a responsabilidade da contratada pelo cumprimento das demais obrigações assumidas, nem implicará alteração dos preços ou demais condições da contratação.

14.9. Na hipótese de o pedido de dilação ser indeferido, a contratada deverá cumprir o prazo originalmente estabelecido, acrescido apenas da tolerância de 24 (vinte e quatro) horas prevista nesta cláusula, sob pena de aplicação das medidas e sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

14.10. Os produtos deverão ser entregues em sua integralidade, devidamente acondicionados, identificados e em perfeitas condições de uso, em conformidade com as especificações estabelecidas na Ordem de Compra, no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

14.11. As despesas decorrentes do transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos produtos até o local indicado pela Administração serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo ao Município qualquer pagamento adicional por tais serviços.

15. **DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS:**

15.1. O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

15.2. Os protudos deverão ser entregues imediatamente após o recebimento da Ordem de Compras.

15.3. A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.

15.4. Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **02 (dois) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.

15.5. Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.

15.5.1. Uma vez que fique constatada qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmos deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **01 (um) dia** corrido, a contar da data da realização da vistoria.

15.5.2. É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **01 (um) dia útel** contados a partir da data de aquisição do produto.

15.6. O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

15.7. As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;

15.8. Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21, observado as sanções estabelecidas na mesma lei.

16. **DA GARANTIA**

16.1. A garantia dos produtos solicitados será aquela oferecida pelo fabricante.

16.2. O início do PERÍODO DE GARANTIA dar-se-á a partir da data de aposição da assinatura do responsável pela atestação do produto, através do carimbo de “Atesto” na Nota Fiscal/Fatura.

17. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

17.1. O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:

17.1.1. Solicitação de Cobrança, conforme modelo que poderá ser solicitado através do e-mail: protocolonf@canguaretama.rn.gov.br;

17.1.2. Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;

17.1.3. Certificado de Regularidade do FGTS;

17.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.1.5. Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

17.2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN se compromete a efetuar o pagamento no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da apresentação dos documentos do **item 11.1**, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

17.3. A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a entrega do produto caberá a Secretaria Municipal solicitante.

17.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar- se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste termo de referência, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

17.5. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme **item 11.1**.

17.6. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

17.7. O número do CNPJ, constante na fatura, deverá ser aquele fornecido na habilitação entregue com a cotação de preço.

17.8. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento, o fato será informado ao vencedor para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

18. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

18.1. As despesas decorrentes da execução do objeto contido neste Termo de Referência poderão ocorrer por conta das seguintes dotações orçamentária:

Conforme Lei orçamentária Anual no Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – material de consumo.

19. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20. **UNIDADES FISCALIZADORAS:**

20.1. Secretaria Municipal de Administração no setor de compras e Secretaria Municipal de Saúde que compõe o Município de CANGUARETAMA – RN.

CANGUARETAMA/RN, 29 de julho de 2026.

Radan Soares da Costa
Secretário Municipal de Administração

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26.
SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20, ÀS --------HORAS.
LOCAL: **PREFEITURA MUNICIPAL DE _____/UF**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE: ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS.
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO. QUE **NÃO POSSUI** COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE_____/UF**, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU. QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRAS OU DOCUMENTO SIMILAR, NA PRAÇA AUGUSTO SEVERO, 242, CENTRO – CEP: 59.190-000 /UF.TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____/UF
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____,PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ_____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO LICITADOR QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE NOS TERMOS DA LEI 14.133/21, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

CANGUARETAMA, ____/_____/_____

(ASSINATURURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº. ....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( )[1].

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

1 Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO V –DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/20XX-SRP,** DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº -------/20----SRP,** FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº -----/20-----SRP,** POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ------/20----SRP** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº -----/20----SRP**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/20------SRP**QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/20--- SRP** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/20----SRP**ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/20---- SRP** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE _____/UF, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., ... DE .....DE 20---.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.
DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

( ) MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;

- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME EPP)
CPF _____
CRC:

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE _____/UF
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº. ..... E DO CPF Nº ....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____EM, ____DE _____DE 20____.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO VIII –DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001-26

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À . ..... , DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/21, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA **PREFEITURA MUNICIPAL DE _____/UF– PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20____-SRP**

....., ... DE ..... DE 20____

_____

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/20____

Aos _____de_____de_____, o Município de CANGUARETAMA, através da Prefeitura Municipal, com sede à Praça Augusto Severo, 242, centro, CEP. 59.190-000, inscrita no CNPJ nº. 08.365.017/0001-54, neste ato representada pela Prefeito Municipal, Sr. LEANDRO VARELA DOS SANTOS, residente e domiciliado no Município de CANGUARETAMA/RN, nos termos da Lei nº. 14.133/21, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRONICO Nº. ____/20XX - SRP, homologado em XX de XXXXX de XXXXX, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o n° xxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo o Sr. xxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxx/xx e CPF nº xxxxxxxxxxxxx, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços visando proposta mais vantajosa para o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, destinado a suprir as necessidades desta Administração Municipal, conforme descrição abaixo relacionada:

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de _____(_____).

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 Os produtos deverão ser entregues no local indicado na ordem de compra, imediatamente após o recebimento do pedido.

4.2 **A** entrega do produto constante do presente processo está condicionado à observância de suas especificações técnicas.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

1.1 O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:

1.1.1 Solicitação de Cobrança, conforme modelo que poderá ser solicitado através do email: protocolonf@canguaretama.rn.gov.br;

1.1.2 Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;

1.1.3 Certificado de Regularidade do FGTS;

1.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.1.5 Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

1.1.6 Solicitação de Cobrança para Nota Fiscal/Fatura, conforme modelo que poderá ser solicitado no email: Protocolonf@canguaretama.rn.gov.br

1.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN se compromete a efetuar o pagamento no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da apresentação dos documentos do **item 5.1**, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura de FORNECIMENTO DO PRODUTO e devidamente atestada pelo setor competente.

1.3 A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam o fornecimento caberá a Secretaria Municipal solicitante.

1.3.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar- se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

1.4 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste termo de referência, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

1.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme **item 5.1**.

1.6 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

1.7 O número do CNPJ, constante na fatura, deverá ser aquele fornecido na habilitação entregue com a cotação de preço.

1.8 Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento, o fato será informado ao vencedor para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Secretaria solicitante da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

6.2 Os produtos deverão ser engregues imediatamente após o recebimento da Ordem de Compras.

6.3 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos objeto, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.

6.4 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **03 (três) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.

6.5 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos produtos especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.

6.5.1 Uma vez que fique constatada qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmos deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **01 (um) dia** corrido, a contar da data da realização da vistoria.

6.5.2 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **02 (dois) dias úteis** contados a partir da data de entrega dos bens.

6.6 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

6.7 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;

6.8 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21, observado as sanções estabelecidas na mesma lei.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

7.1 A Prefeitura Municipal de CANGUARETAMA poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMC no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMC

III - **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**

7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/Ordem de Compras caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.

7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 A Prefeitura de CANGUARETAMA aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRATADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:
I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.
II - Por iniciativa do Município de CANGUARETAMA, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.
III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;

IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA X - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

10.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.

10.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1 No fornecimento dos produtos objeto do presente contrato envidará o CONTRATADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

11.2 Entregar os produtos, objeto deste instrumento, em prazo não superior ao estipulado na Ordem de Compras. Caso tal execução não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;

11.3. Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;

11.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. O Município de CANGUARETAMA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;

11.6 Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos produtos que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21;

11.7 Fica o CONTRATADO obrigado a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública;

11.8 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.9 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

12.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;

12.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

12.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura no setor competente;

12.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

12.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;

12.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;

12.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.

12.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento do fornecimento.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº _____/20__ e a proposta da empresa _____classificada em primeiro lugar, no certame supra numerado.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei 14.133/21 e demais normas aplicáveis.

13.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

13.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de CANGUARETAMA/RN, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

CANGUARETAMA/RN, _____/___/___

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA
CNPJ nº 08.365.017/0001-54
CONTRATANTE

«ASSINAT_LICITANTES_VENC»

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/20___

TERMO DE CONTRATO Nº _____/20____ PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OBEDECENDO À LEGISLAÇÃO VIGENTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/RN – PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA ___, NA FORMA AJUSTADA.

O MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/RN – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número **08.365.017/0001-54**, sediado na **Praça Augusto Severo, 242, Centro, CANGUARETAMA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **LEANDRO VARELA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do CPF n.º _____, residente e domiciliado à **Rua _____ – CANGUARETAMA/RN,** doravante denominada **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídicas - CNPJ sob o número _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Sr. _, portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/20__**, Processo n.º **__/20___**, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 14.133/21, com suas alterações, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula 1ª DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, destinado a suprir as necessidades desta Administração Municipal.
1.2 Este contrato tem amparo na Licitação – **Pregão Eletrônico nº ___/20___**, processo nº **__/20__**, homologada em __/__/___ publicada no Diário Oficial edição de ___/__/__.

Cláusula 2ª DO VALOR CONTRATUAL

2.1 O custo total estimativo pelo fornecimento do produto objeto do presente contrato é de R$ _____(_____), a ser pago de acordo com as solicitações emitidas pela Prefeitura Municipal de CANGUARETAMA, através de suas Secretarias.
2.2 Em anexo encontra-se a relação dos itens contratados com descrição e respectivo valor.

Cláusula 3ª DA DESPESAS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes da execução do objeto contido neste Termo de Referência poderão ocorrer por conta das seguintes dotações orçamentária:

Órgão:
Unidade Orçamentária:
Função:
Subfunção:
Programa:
Projeto/Atividade:

Elemento de Despesa:

Cláusula 4ª DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O Prazo de vigência do presente contrato será a partir da sua assinatura, em __/__/__ até __/__/__ podendo ser prorrogado mediante termo aditivo de acordo com as necessidades da administração nos termos da Lei 14.133/2021. Qualquer alteração do presente contrato será mediante termo aditivo, e de acordo com a capacidade operacional do CONTRATADO e as necessidades do CONTRATANTE.

Cláusula 5ª DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:

5.1.1 Solicitação de Cobrança, conforme modelo que poderá ser solicitado através do email: protocolonf@canguaretama.rn.gov.br;

5.1.2 Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;

5.1.3 Certificado de Regularidade do FGTS;

5.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.1.5 Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

5.1.6 Solicitação de Cobrança para Nota Fiscal/Fatura, conforme modelo que poderá ser solicitado no email: protocolonf@canguaretama.rn.gov.br.

5.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA/RN se compromete a efetuar o pagamento no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da apresentação dos documentos do **item 5.1**, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura de FORNECIMENTO DO PRODUTO e devidamente atestada pelo setor competente.

5.2.1 Caso os produtos sejam adquiridos pela Secretaria de Administração, Secretaria de Obras e Infraestrutura, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura e Turismo e Secretaria de Assistência deverá o CONTRATADO, fazer constar na Nota Fiscal/Fatura o nome e o CNPJ 08.365.017/0001-54 da Prefeitura Municipal.

5.3 A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam o fornecimento caberá a Secretaria Municipal solicitante.

5.3.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar- se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste termo de referência, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

5.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme **item 5.1**.

5.6 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 O número do CNPJ/CPF, constante na fatura, deverá ser aquele fornecido na habilitação entregue com a cotação de preço.

5.8 Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento, o fato será informado ao vencedor para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

Cláusula 6ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação.

6.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso.

6.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.

6.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura no setor competente.

6.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

6.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção.

6.8 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido.

6.9 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.

6.10 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento do fornecimento.

Cláusula 7ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 No fornecimento dos produtos objeto do presente contrato envidará o CONTRATADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

7.2 Entregar os produtos, objeto deste instrumento, em prazo não superior ao estipulado na Ordem de Compras. Caso tal execução não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste contrato;

7.3. Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;

7.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5. O Município de CANGUARETAMA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;

7.6 Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos produtos que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21;

7.7 Fica o CONTRATADO obrigado a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública;

7.8 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.9 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

Cláusula 8ª LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1 Os produtos deverão ser entregues no local indicado na ordem de compra, imediatamente após o recebimento do pedido.

8.2 A entrega do produto constante do presente processo está condicionado à observância de suas especificações técnicas.

Cláusula 9ª DA ENTREGA DOS PRODUTOS

9.1 O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

9.2 Os produtos deverão ser entregues imediatamente após o recebimento da Ordem de Compras.

9.3 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.

9.4 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **02 (dois) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.

9.5 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.

9.5.1 Uma vez que fique constatada qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmos deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **01 (um) dia** corrido, a contar da data da realização da vistoria.

9.5.2 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **02 (dois) dias úteis** contados a partir da data da entrega dos produtos.

9.6 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

9.7 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;

9.8 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21, observado as sanções estabelecidas na mesma lei.

Cláusula 10ª DAS PENALIDADES

10.1 A Prefeitura Municipal de CANGUARETAMA poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMC no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMC

III - **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO,** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

10.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**

10.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/Ordem de Compras caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

10.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.

10.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

10.5 A Prefeitura de CANGUARETAMA aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

10.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRATADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

Cláusula 11ª DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

Cláusula 12ª DAS ALTERAÇÕES E TERMOS ADITIVOS

12.1 O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observado o respectivo crédito orçamentário.

Cláusula 13ª DOS CASOS OMISSOS

13.1 Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei n.º 14.133/21, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

Cláusula 14ª DA RESCISÃO

14.1 A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito, a critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/21.

14.2 A rescisão deste contrato pode ser:

a) determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Município de CANGUARETAMA/RN;

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

14.3 A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula 15ª DA PUBLICAÇÃO

15.1 O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 do Estatuto das Licitações.

Cláusula 16ª DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou instrumento equivalente.

16.2 A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA.

16.3 O prazo para assinatura do instrumento contratual, previsto no item **14.1** do Edital de Licitação, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

16.4 Independentemente de transcrição, farão parte integrante deste instrumento, guardada a necessária conformidade entre eles, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/___** e seus anexos e a proposta da contratada, com os documentos que a integram.

16.5 Os casos omissos neste instrumento de contrato serão resolvidos à luz da legislação em vigor e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições gerais do direito.

Cláusula 17ª DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Justiça Comum Estadual, com sede na Comarca de CANGUARETAMA-RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

CANGUARETAMA/RN, ___/__/___.

MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA/RN
PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA